

**CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES
TRADICIONAIS: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique**

**CONSERVATION AND DEVELOPMENT OF TRADITIONAL
COMMUNITIES: the case of Chimanimani in the center of
Mozambique**

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Professor na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo/Moçambique; Mestre em Geografia pela
PPGG/IG/UFRGS. elmermats@yahoo.com.br

Rosa Maria Vieira Medeiros

Professora Doutora do PPGG/IG/UFRGS; Coordenadora do NEAG no Depto de Geografia/IG/UFRGS.
rmvmediros@yahoo.com.br

Resumo

O artigo pretende discutir a transformação de uma área comunitária em conservação, a partir da introdução dos objetivos de desenvolvimento junto aos de conservação. A área geográfica escolhida para a análise é a Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani. As análises apenas se circunscrevem à primeira fase de criação dessa área, que vai desde 1996 a 2003, com a proclamação da área como Reserva Nacional. Para as análises recorreu-se a trabalhos de campo realizados em junho 2004 e julho de 2010. Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com membros de três comunidades, com os responsáveis pelo projeto e com alguns atores envolvidos nele. Com a informação recolhida, tanto ao nível dos trabalhos de campo como em consulta bibliográfica, foi possível desenvolver as análises efetuadas ao longo do artigo.

Palavras chaves: áreas de conservação; participação comunitária; desenvolvimento; ACTF de Chimanimani

Abstract

The article intends to discuss the transformation of a community area in conservation, starting from the association of the development objectives to the objectives of conservation. The geographical area chosen for the analysis is the Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani. The analyses are just restricted to the first phase of creation of that area, which is going since 1996 to 2003, with the proclamation of the

area as National Reserve. For the analyses, it was fallen back upon field works accomplished in June 2004 and July of 2010. During the field works interviews were accomplished with three communities' members, with the responsible for the project and with some actors involved in the project. With the collected information, so much at the level of the field works as in bibliographical consultation, it was possible to develop the analyses made along the article.

Keys words: conservation areas; community participations; development; ACTF de Chimanimani

Introdução

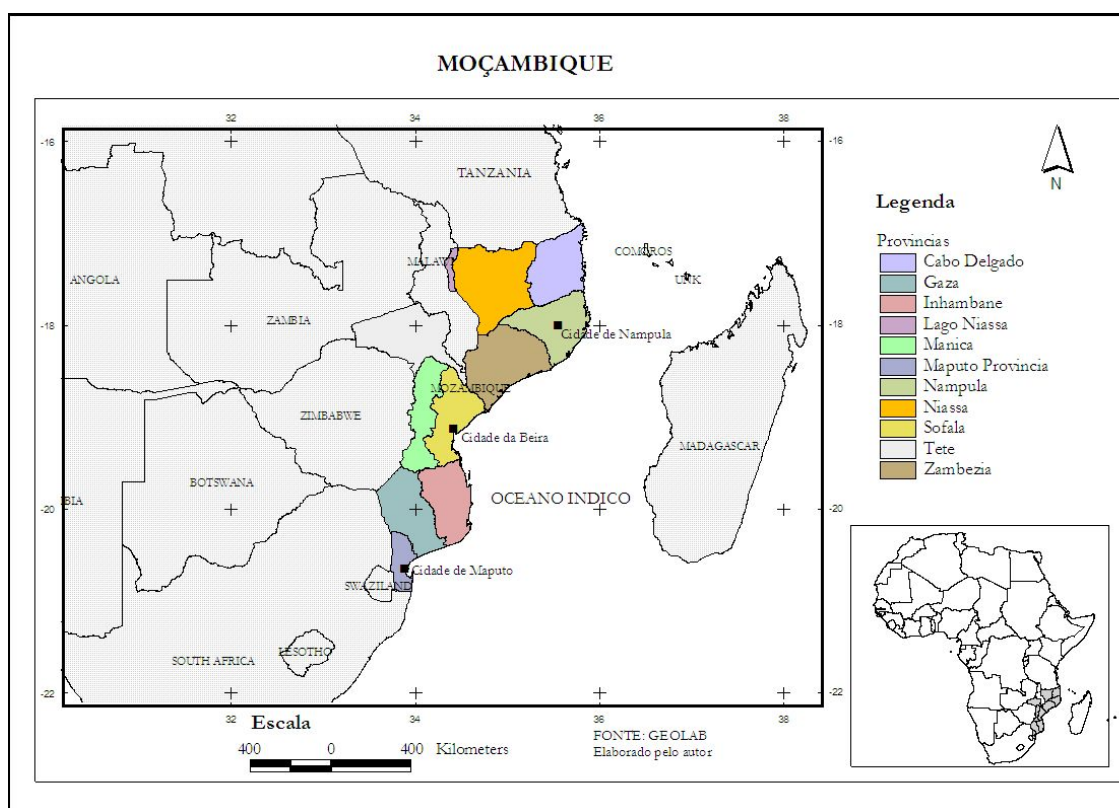
Nos finais dos anos 1900 se constatou que na África a exploração dos recursos naturais estava sendo feita de uma forma insustentável e, os modelos de administração das áreas de conservação, baseados numa forma excludente entre o homem e a natureza não estavam a dar resultados positivos. Essa constatação levou a introdução de alterações nas formas de gestão das áreas de conservação, bem como nas áreas comunitárias, detentoras de um potencial de recursos naturais.

Em Moçambique, à luz das políticas neoliberais, se introduz o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN) que prima pelo empoderamento das comunidades na gestão dos seus recursos naturais, isto é, as comunidades passam a ter um papel importante na definição dos atores a explorarem os recursos existentes nas “suas” terras e, com isso, usufruírem dos ganhos advindos dessa exploração. Essa estratégia permitiu a retirada do Estado como o principal responsável pelo desenvolvimento das áreas rurais, deixando esse papel para as comunidades e para o setor privado. O Estado apenas desempenharia o papel de regulador e/ou mediador.

Para as áreas possuidoras de grande valor de biodiversidade, lhes foi reservado a categoria de áreas de conservação (AC). A sua proclamação implicava alterações nas formas de assentamento, das atividades desenvolvidas e a introdução de novas lógicas de funcionamento. Como forma de engajar as comunidades na conservação dos recursos naturais, de forma a responder aos apelos internacionais, se introduzem objetivos de desenvolvimento, “forçando” um casamento entre a conservação e o desenvolvimento.

O artigo pretende discutir a transformação de uma área comunitária em conservação, a partir da introdução dos objetivos de desenvolvimento junto aos de

conservação. A área geográfica escolhida para a análise é a Área de Conservação Transfronteira (ACTF) de Chimanimani. As análises apenas se circunscrevem à primeira fase de criação dessa área, que vai desde 1996 a 2003, com a proclamação da área como Reserva Nacional. Para as análises recorreu-se a trabalhos de campo realizados em junho 2004 e julho de 2010. Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com membros de três comunidades, com os responsáveis pelo projeto e com alguns atores envolvidos nele. Com a informação recolhida, tanto ao nível dos trabalhos de campo como em consulta bibliográfica, foi possível desenvolver as análises efetuadas ao longo do artigo.



Mapa 1. Localização Geográfica de Moçambique

Participação comunitária em áreas protegidas

A preocupação com a preservação de determinadas áreas para fins alheios aos objetivos dos povos residentes nelas é bem antiga. Inicialmente a preservação dessas áreas eram destinadas às caçadas reais. Com o tempo, elas passaram a ser espaços reservados para o usufruto do “homem urbano”. Mais tarde, os objetivos se ampliam,

passando a incorporar a necessidade de preservar determinados ecossistemas ou espécies em vias de extinção.

A criação de áreas de preservação implicavam a separação física e políticas dos povos que anteriormente viviam nesses espaços. Esta forma de preservação era tida como a ideal, porque tornava as áreas “intocadas” ou “pouco alteradas”. Com a criação do primeiro parque nacional, o de Yellowstone, nos Estados Unidos da América, o feito passou a servir de modelo de implementação nos diferentes países.

Com medo de uma urbanização completa, onde o homem teria a possibilidade de transformar a “natureza natural” em “natureza artificial”, destruindo-se, deste modo, os últimos vestígios daquilo que seria a natureza pura, coberta de todos os atributos dos quais o homem não havia modificado, os preservacionistas americanos começaram a propor a criação de “ilhas” de preservação, do qual o homem urbano pudesse admirar as paisagens ainda “intocadas” ou “inalteradas” pelo processo de modernização da sociedade (DIEGUES, 2000; 1996). A criação dessas “ilhas” de preservação, com objetivos de proteger áreas naturais de grande beleza cênica para o usufruto dos visitantes (homem urbano), encontrava-se assentada na imposição de visões elitistas urbanas sobre o uso da terra rural. Esse processo resultou na alienação das terras comunitárias em favor do Estado, consumando-se a usurpação dos direitos das comunidades locais (DIEGUES, 1996; COLCHESTER, 2000).

Nos últimos 30 anos do século XX começaram a surgir contestações ao modelo dominante de preservação, que primava por uma separação física e política entre o homem e o seu meio. A pressão foi maior, culminando com a transição de preservação para a conservação, incluindo-se a presença do homem e a sua participação.

Os resultados obtidos nas áreas de preservação estavam longe de serem os pretendidos, principalmente nos países em desenvolvimento. As críticas estavam crescendo e a necessidade de se mudar para outra abordagem que primasse por uma harmonização entre o homem e a natureza era necessária. Pimbert e Pretty (2000) referem que os conservacionistas começaram a tomar consciência de que uma proteção ambiental efetiva só seria possível se as comunidades locais estivessem inteiramente envolvidas no planejamento das áreas protegidas e tivessem benefícios diretos do projeto.

A participação das comunidades locais é um argumento presente nas abordagens de desenvolvimento adotadas na década de 80. Essa filosofia do pensamento de desenvolvimento também se incorporou às abordagens de conservação, sendo numa primeira fase tímida e, na década de 90, passa a estar presente em todos os projetos de desenvolvimento, incluindo naqueles aplicados ao espaço físico das áreas protegidas e do seu entorno (BARROW; MURPHREE, 2001; PIMBERT; PRETTY, 2000; DIEGUES, 1996).

É importante realçar que o conceito de participação é bastante amplo, como já foi referido por Barrow e Murphree, pois ele reflete os interesses distintos dos diversos atores envolvidos. Ao debater-se o assunto de participação precisam-se entender melhor as questões de como é que os atores participam? Com que finalidades? E com que pesos cada um deles se apresenta? (BARROW; MURPHREE, 2001). Apesar do conceito de participação estar em moda em todos os projetos aplicados, constata-se que em muitos casos a participação das comunidades locais é limitada, isto é, sendo apenas uma formalidade e condição para a sua implementação. Diegues (1996) argumenta que a participação das populações tradicionais no estabelecimento de parques e reservas, em muitos casos, trata-se apenas de uma cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que consideram o envolvimento dessas comunidades como fator positivo para o sucesso da conservação.

Analisando o conceito de participação das comunidades na conservação a partir da década de 70, Pimbert e Pretty (2000) constataram que durante o período colonial o manejo das áreas protegidas se caracterizou pela coerção e controle, sendo as comunidades locais vistas como obstáculos à conservação. Até aos anos 70 a participação desempenhava o papel de instrumento para se conseguir submeter voluntariamente as comunidades locais aos esquemas de áreas protegidas. Nesse período a participação das comunidades era passiva, pois se apresentava como exercício de relações públicas. Nas décadas seguintes, a participação tomou um novo rumo, sendo, na década de 80, definida como interesse na proteção dos recursos naturais e, na de 90, vista como meio de envolver as comunidades locais no manejo de áreas protegidas.

Como se pode ver no quadro 1, existem várias formas de participação das comunidades locais, acompanhadas com variações no grau de sua incorporação. É importante definir-se o grau de participação nos projetos, pois o conceito pode levar a ilusão de que as comunidades estão participando efetivamente na tomada de decisões, quando na verdade apenas foram consultadas. Pimbert e Pretty (2000, p.198) referem que:

O problema com a participação, usada nos tipos 1 a 4, é que os resultados superficiais e fragmentados não têm impacto duradouro na vida das pessoas (RAHNENA, 1992, p.121). Tais formas de participação podem ser usadas, sabendo que não levam à ação. Se o objetivo é alcançar a conservação sustentável, então nada menos que a participação funcional será suficiente. Todas as evidências apontam para o êxito econômico e ambiental de longo termo que aparecem quando as ideias das pessoas e seu conhecimento são valorizadas e elas têm o poder de tomar decisões independentemente das agências externas.

A preocupação com a participação também esteve associada com o empoderamento das comunidades como parceiras no processo de gestão das áreas protegidas. Essa preocupação com a descentralização do poder para o nível local, isto é, dando às comunidades o poder de decisão sobre a gestão das áreas protegidas era fundamentalmente importante para os governos pós-independência que não possuíam recursos financeiros e humanos suficientes para a administração de tais áreas. A descentralização seria uma forma de chamar a responsabilidade das comunidades locais e de outros atores na gestão dessas áreas.

Este processo foi importante para os governos da África Austral, que depois do alcance da independência, passaram a se preocupar mais com fornecimento de cuidados de saúde, educação que não eram abrangentes. Este passo representou uma gigantesca evolução nas formas de gestão das áreas protegidas, passando de uma administração exclusiva do governo para a administração pela comunidade ou por agentes do setor privado.

Quadro 1. Níveis de participação das comunidades locais nos projetos de conservação

Nível	Tipologia	Componentes da cada tipo
1.	Participação passiva	As pessoas participam por avisos do que está para acontecer ou já aconteceu. É uma informação unilateral através de uma administração ou projeto; as reações das pessoas não são levadas em conta. A informação que é dividida pertence apenas aos profissionais externos.
2.	Participação como extração de informação	As pessoas participam respondendo as questões feitas por pesquisadores e administradores de projetos que usam questionários de coletas de dado ou sistemas similares. As pessoas não têm a oportunidade de influenciar os procedimentos, já que as descobertas da pesquisa ou plano do projeto não são compartilhados ou verificados em sua acuidade.
3.	Participação por consulta	As pessoas participam sendo consultadas, e agentes externos ouvem os pontos de vista. Esses agentes definem os problemas e as soluções, e podem modificá-los conforme a reação das pessoas. Tal processo consultivo não compartilha nenhuma tomada de decisão e os profissionais não têm obrigações de considerarem a visão das pessoas
4.	Participação por incentivos materiais	As pessoas participam oferecendo recursos, por exemplo, força de trabalho, em retorno de incentivos como comida, dinheiro, ou outras coisas. Muitas pesquisas em situ e bioprospecção caem nessa categoria, já que as populações rurais oferecem os recursos e não são envolvidas na experiência ou no processo de aprendizado. É muito comum encontrar essa chamada participação, ainda que as pessoas não tenham interesse em prolongar as atividades quando os incentivos acabam.
5.	Participação funcional	As pessoas formam grupos para coincidir objetivos predeterminados relacionados ao projeto, o que pode envolver o desenvolvimento ou que promovam organizações sociais externamente iniciadas. Tal envolvimento não tende a acontecer nos estágios iniciais de planejamento e ciclos de projeto, e sim depois que grandes decisões foram feitas. Essas instituições tendem a ser dependentes dos incentivos externos, mas podem tornar-se independentes.
6.	Participação interativa	As pessoas participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e à formação de novos grupos locais ou no fortalecimento dos já existentes. Tende a envolver uma metodologia interdisciplinar que busca múltiplas perspectivas e faz uso de um sistemático e estruturado processo de aprendizado. Esses grupos assumem o controle acerca das decisões locais e, então, as pessoas adquirem o interesse em manter as estruturas e as práticas.
7.	Automobilização	As pessoas participam tomando a iniciativa para mudar sistemas, independentemente das instituições externas. Tal automobilização e ação coletiva podem ou não desafiar a distribuição não equitativa dos recursos e do poder.

Fonte: Pimbert e Pretty (2000, p. 197-198).

Analisando o envolvimento das comunidades locais na gestão de áreas protegidas, Negrão (1999) refere que a razão para a introdução da participação comunitária prende-se com o fato de, nas economias frágeis os custos de operação das

áreas protegidas serem muito altos e existir uma permanente tensão entre os objetivos de conservação e as necessidades das comunidades. Ainda segundo o autor,

Em África há três visões sobre a participação comunitária: (i) a visão instrumentalista (África Austral) que tem a partilha dos benefícios como moeda de troca pela conservação; (ii) a visão utilitarista (África Oriental) que parte do princípio que as comunidades têm conhecimentos e direitos sobre a terra, sendo a partilha uma forma de indenização por não poderem usar os recursos como outrora o fizeram; e (iii) a visão transformista (África Ocidental) que defende que a participação tem em vista a transformação qualitativa das capacidades das comunidades com vista ao desenvolvimento (NEGRÃO, 1999, p.211).

As visões apresentadas por Negrão (1999) parecem ter norteado a formulação do quadro legislativo moçambicano referente ao assunto. A visão utilitarista foi a que venceu, como ficou registado nas legislações sobre o assunto, com destaque para a definição de percentagem para as comunidades locais onde se explora os recursos naturais e a valorização e a incorporação do conhecimento das comunidades locais.

Participação comunitária na conservação na África

A preocupação com a proteção de determinados ecossistemas ou espécies era maior para os países do Sul, pelo fato de nele ainda poder se encontrar áreas consideradas “intocadas” dadas o precário avanço da sociedade urbano-industrial. Apesar da participação das comunidades locais nos processos de gestão ter sido considerado um aspecto novo, alcançado principalmente na década de 80 e 90, Adams e Hulme (2001) evidenciam que para o continente africano, a participação data dos finais do século XIX e, foi institucionalizada através de legislação, da criação específica de organização, de políticas e de atividades direcionadas para a gestão da fauna bravia. Os autores citam vários exemplos, dentre eles o da reserva de caça Royal criada por Shaka Zulu.

A incorporação no discurso global de que a participação poderia solucionar o problema do rural pobre africano, cujas famílias vivem e dependem da exploração dos recursos naturais e, que a sua participação era fundamental para o alcance dos objetivos da conservação e melhoria das condições de vida dessas comunidades se estabeleceu e, rapidamente foi aceito pelos líderes nacionais e pelas agências doadoras (ADAMS; HULME, 2001). O papel desempenhado pelas agências doadoras foi fundamental para a

sua rápida implementação na África. Adams e Hulme (2001, p.9) acreditam que a rápida aplicação dessa abordagem na África, especialmente na África Subsaariana, deveu-se a: (i) alto nível de dependência da ajuda externa; (ii) alto nível de influência exercido pelas agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais nas políticas internas (domésticas); e (iii) a fraqueza dos estados africanos.

A preocupação com a conservação de determinadas espécies e/ou ecossistemas foi o principal fator que direcionou as agências doadoras e ambientais a “forçarem” a aplicação da participação comunitária como a única forma de se alcançar a conservação. A preocupação se ampliava com os relatos da mídia que mostravam a eminente extinção de gorilas, elefantes africanos e rinocerontes. Neste contexto, a aplicação da abordagem tornava-se de caráter urgente e as preocupações com a sua adequação ao espaço físico eram questões menos importantes (ADAMS; HULME, 2001). Partindo-se de alguns resultados positivos, alcançados com a implementação de vários projetos, acreditava-se que a fórmula estava criada, bastando apenas a sua execução.

A urgência de sua aplicação conduzia a mudanças legislativas de modo a acomodar os novos interesses e, as comunidades eram vistas como idênticas. A imposição dessa abordagem nos países africanos, sem ter em conta os constrangimentos político-legais, terá levado a resultados negativos como foi relatado por Joe Matowanyika (representante da presidente da UICN na 1ª Conferência Nacional de Manejo Comunitário dos Recursos Naturais), no seu discurso de abertura da conferência realizada em Maputo - Moçambique, em finais de 1998 (UICN; DNFFB; FAO, 1999).

Apesar da implementação da participação comunitária ter tido alguns resultados positivos em alguns países, constata-se que a sua aplicação, de cima para baixo, não teve em conta alguns aspectos necessários, tais como:

- a participação efetiva das comunidades locais na conservação é determinada pela vontade e capacidade dela e não pode ser imposta do exterior (BARROW; MURPHREE, 2001);
- os projetos comunitários normalmente não são baratos, tanto em termos de custo por participante como por unidade por área. A tendência é de apresentarem custos altos como consequência de uma demanda significativa de pessoal com alta qualidade e especialista. Desta forma, os projetos ficam

dependentes de fluxos financeiros estrangeiros e as agências doadoras pretendem resultados em curto prazo, quando os mesmos só podem ser alcançados em longo prazo (ADAMS; HULME, 2001);

- é preciso entender que a participação comunitária na conservação não pode ser confundida como um instrumento, pois a participação é um processo e não um resultado. Daí que os objetivos identificados pelas comunidades podem conflitar com os das agências internacionais ou nacionais (ADAMS; HULME, 2001); e

- é preciso saber distinguir os méritos de intervenção de projetos de desenvolvimento que podem contribuir para o sustento das comunidades locais e a contribuição delas para a conservação. Acredita-se que a conservação com o desenvolvimento andam de mãos dadas, contudo as despesas para propósitos de desenvolvimento e conservação podem não dar resultados que são efetivos para a conservação (ADAMS; HULME, 2001).

Analisando a questão ambiental na África, Negrão (1996) argumenta que a participação das comunidades africanas na gestão dos recursos naturais está dependente dos níveis de rendimento individual e familiar; dos sistemas de uso de terra estabelecidos pelo Estado e pelos direitos consuetudinários; e da mobilidade da população na área em que se encontra. Do conjunto das condicionantes, o autor aponta os níveis de rendimento como a variável mais importante e, que é preciso ter sempre em conta que o comportamento econômico das famílias africanas é distinta das da européia e latina americana, porque nesses continentes as famílias se agrupam em torno das profissões ou atividades econômicas, enquanto que na África, por regra, no seio de cada família se pode encontrar todas as atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, etc.). Desta forma, as políticas econômicas tendentes a assegurar a sustentabilidade social, têm de ter como ponto de partida a família e não os setores.

Negrão (1996, p.6-7), recorrendo a um estudo seu realizado em 1995, intitulado “One Hundred Years of African Rural Family Economy”, refere existirem quatro decisões econômicas universais que caracterizam a família africana:

- A necessidade de procura e preservação de várias fontes de rendimento paralelas: a agricultura familiar (para o consumo e para o mercado);

o emprego (urbano, rural, auto-emprego e serviços ocasionais); mercado informal; “quebra&desvio”; e acesso a poupança externa;

- A adjudicação do tempo de trabalho de cada membro da família de acordo com a periodicidade do rendimento (todo o ano, uma vez por ano, sazonal, uma vez ao mês, instável) e o tipo de rendimento (em dinheiro ou espécie);
- A adjudicação do tempo de trabalho em função do gênero e da idade para garantir a produção para o mercado (emprego, excedentes, culturas de rendimento, setor informal) e para o consumo (comida, bens, utilidades e serviços);
- A minimização do risco de reprodução através do reforço das redes de segurança social, o que se torna possível devido aos mecanismos institucionais das linhagens do marido e da mulher (alianças de parentesco, educação dos filhos, assistência social e sistemas de poupança e crédito).

De acordo com as quatro características da família rural africana definida por Negrão (1996), constata-se que quando uma família tem um emprego que lhes permite ter um rendimento monetário seguro, a necessidade de ter acesso a terra ou de espaço para a coleta/extração de recursos é diminuta. Por outro lado, quanto menor for o rendimento monetário ou compensações monetárias, maior será a necessidade de acesso à terra e aos recursos naturais existentes. Neste contexto, apenas varia o grau de necessidade à terra e aos recursos nelas existentes, ou seja a família rural não deixa de produzir a terra para ficar dependente de rendimento salarial ou das compensações monetárias. Este comportamento é explicado pelo fato do rendimento monetário ser marginal, não se justificando o seu uso para aquisição de alimentos que podem ser produzidos a baixo custo pela mulher.

Conservação e desenvolvimento em Chimanimani

A história da conservação é recente para o contexto moçambicano, tendo-se iniciado os primeiros passos para a preservação da flora na década de 50 do século XX, quando foram criadas as primeiras áreas de preservação denominadas por reservas

florestais. A criação de reservas florestais nos anos 50 foi o primeiro passo, dado pela administração colonial portuguesa, no sentido de se restringir o uso de determinados recursos naturais pelas comunidades locais e a sua separação física, com o objetivo de defender interesses exógenos às comunidades. Na década seguinte, em 1960, foi criado o primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Gorongosa, o único criado nessa década.

A preocupação com a exploração dos recursos naturais, principalmente a flora, levaram a administração colonial a declarar certas áreas como espaços de domínio público, de gestão estatal, cujo acesso e uso dos recursos existentes, principalmente a exploração de determinadas espécies florestais como a Umbila e Chanfuta fosse vedada. Segundo Brouwer (2006) a preocupação com a floresta deveu-se ao fato de: (i) a floresta ser o espaço de preferência do camponês para a prática da agricultura (no ciclo de corte e queima) e ao mesmo tempo espaço de refúgio dos camponeses expulsos das suas terras no âmbito da expansão da agricultura de plantação empresarial desenvolvida pelos colonos; e (ii) ser fonte de produtos e serviços tanto para a comunidade local como para os interesses empresariais, pois a população recorria à floresta para a obtenção de plantas medicinais, frutos, caça, obtenção de material de construção e combustível, enquanto que as empresas convertiam-nas em áreas de produção agrícola (plantações) ou exploravam-na diretamente (extraíndo madeira e organizando safaris). Estas ações, que de certa forma punham em causa a biodiversidade, terão levado, na visão do autor, a criação de: parques nacionais (Gorongosa, Banhine, etc.), com o objetivo principal de preservação de ecossistemas e a sua exploração pelo turismo de contemplação; reservas especiais (Marromeu e Maputo), com objetivo de preservação e exploração turística de determinadas espécies (Búfalo e Elefantes); reservas florestais com o objetivo de preservação de estoques de madeira (Umbila e Chanfuta); e as coutadas (área de exploração orientada), para a caça turística comercial.

Do total das áreas de conservação criadas em Moçambique, excetuando-se as fazendas de caça e, incluindo-se as reservas florestais, constata-se que até ao final do período colonial, a administração portuguesa havia criado cerca de 90% delas. O governo pós-independência criou dois parques nacionais e uma reserva nacional (a Reserva Nacional de Chimanimani). Todas as áreas de conservação estabelecidas durante a administração portuguesa seguiram a filosofia ocidental de criação das áreas

protegidas, que excluem física e politicamente as comunidades locais. A administração das áreas estava a cargo da responsabilidade do governo colonial e o controle do acesso e uso dos recursos era efetivo.

Com o alcance da independência em 1975, o governo da FRELIMO¹ priorizou outras necessidades, como a educação, saúde e abastecimento de água potável. As áreas de conservação não faziam parte das prioridades do governo. O cenário de abandono total das áreas de conservação (AC) se agravou ainda com o conflito armado (guerra civil) que iniciou em 1976. Durante esse conflito, que durou 16 anos, a atenção do governo deslocou-se para o combate a guerrilha e para resolver as prioridades definidas logo após a independência.

Durante a guerra civil a gestão das AC continuou abandonada, algumas delas serviram de refúgio de comunidades e outras foram ocupadas pelos guerrilheiros da RENAMO², transformando-as em suas bases. Este cenário criou condições para que parte da população se fixasse nela e se apropriasse delas. A guerra reduziu drasticamente a população de animais e destruiu as infra-estruturas de apoio existentes (MULLER; SITEO; MABUNDA, 2005; BROUWER, 2006; MOÇAMBIQUE, 2004).

Terminada a guerra civil, as atenções para as AC começaram a emergir, porém encontrava-se em um dilema, visto que em quase todas as áreas para além do acesso ser deficiente, não havia infra-estruturas necessárias para o seu funcionamento. Observa-se também que a população humana era maior que a população de animais, fator que dificultava a gestão da área e a sua entrada no mercado turístico.

A aplicação da filosofia ocidental de gestão das áreas de preservação se apresentava inviável (política, econômica e socialmente), pois o número de população humana existente nas áreas era significativo (a Reserva Nacional do Niassa tinha mais de 500 mil habitantes, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo – MOÇAMBIQUE, 2004), as comunidades haviam se apropriado da área (identificando-se com o lugar) e, parte delas havia sido ocupada pelos guerrilheiros da RENAMO, reassentá-las era inviável dada a tensão política que ainda se vivia.

Este cenário, aliado as pretensões conservacionistas internacionais, forjaram a implementação de uma nova forma de gestão das AC, a participação comunitária. Associam-se, para além da conservação da biodiversidade, os objetivos de

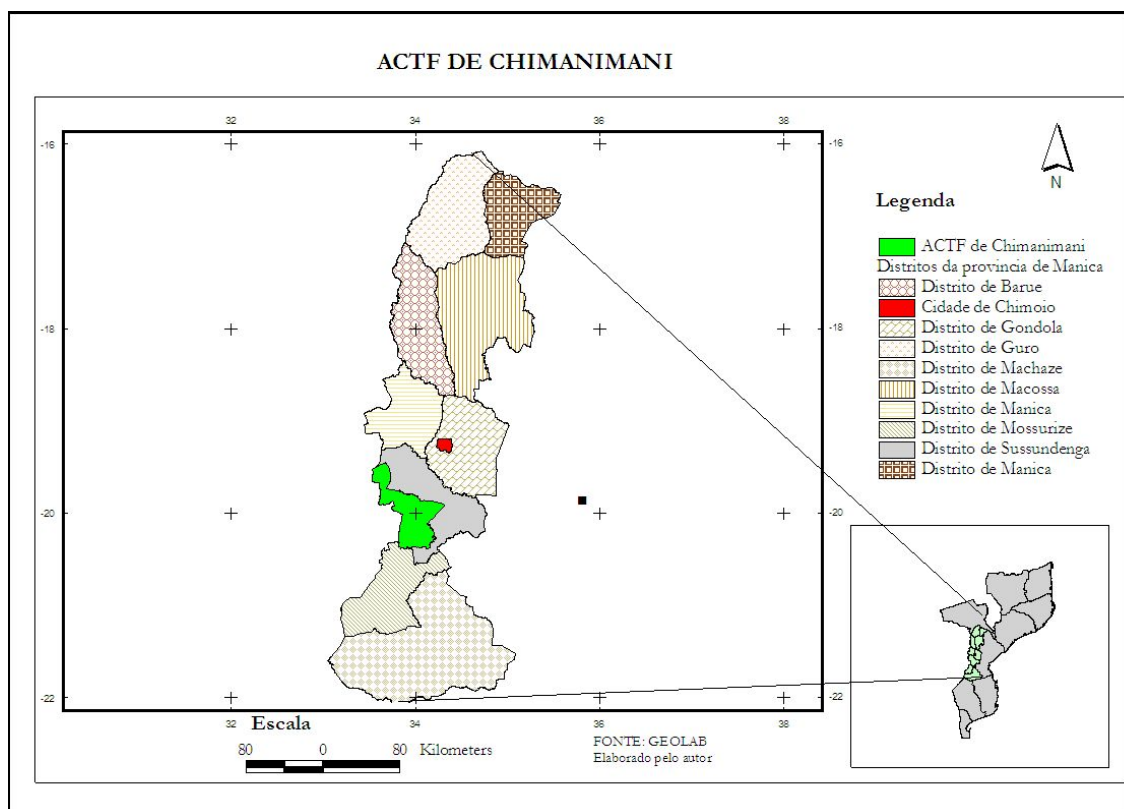
desenvolvimento orientados para as comunidades que vivem e dependem, para a sua reprodução social e cultural, dos recursos existentes nas áreas. A inclusão da participação comunitária é tida como a forma mais adequada de gestão das áreas de conservação, visto que o Estado não possui recursos financeiros e humanos suficientes para gerir. Nesse âmbito, o turismo tornar-se-ia como a atividade que criaria empregos e geraria mais oportunidades empresariais para as comunidades, reduzindo-se desse modo a exploração excessiva e insustentável dos recursos naturais (MOÇAMBIQUE, 2004).

É neste âmbito que em finais de 1996, depois de assinados acordos regionais e motivados pela tendência internacional de criação de Áreas de Conservação Transfronteira (ACTF), se iniciam as atividades com vista a criação da ACTF de Chimanimani. Chimanimani era uma área que comportava diversas comunidades, regidas por seus respetivos líderes comunitários, chamados por régulos ou mambos.

A ACTF de Chimanimani localiza-se na região central de Moçambique, na província de Manica, distrito de Sussundenga, junto a fronteira com a República do Zimbábue (vide mapa 2). Com uma extensão de 2756km², a área é rica em biodiversidade, formando uma área ecologicamente importante para a conservação. Os atrativos naturais da áreas já haviam sido destacados em finais de 1930, quando se propôs a criação de um parque transfronteiriço, junto com o Chimanimani National Park. Contudo, a efetivação dessa pretensão só veio a ser concretizada em finais de do século XX, sendo materializada em 2003, com a proclamação da área como Reserva Nacional de Chimanimani (foto1).

A transformação de Chimanimani, de uma área comunitária em área de conservação, coincide com as alterações nas formas de criação e gestão das AC, bem como na inclusão de ideais do neoliberalismo que privilegiaram uma maior participação do setor privado, ao mesmo tempo que se retira o intervencionismo estatal.

A introdução da nova forma de gestão de AC, materializada no MCRN, veio embasada na abordagem de que a participação física e política dos antigos residentes é fundamental para o alcance dos objetivos da conservação. Dessa forma, são introduzidos objetivos de desenvolvimento junto dos da conservação, assumindo-se que a conservação e o desenvolvimento andam de mãos dadas.



Mapa 2. Localização geográfica da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani

A introdução do MCRN, à luz do discurso global de participação, tornava-se numa ferramenta importante para o alcance dos objetivos da conservação. A sua implementação gerava novas formas de lidar com a natureza. Ou seja, apesar de se incorporar o conhecimento tradicional na gestão da ACTF de Chimanimani, o mesmo não impedia que a filosofia de gestão fosse diferente daquela existente. Logo, seria necessário preparar as comunidades para a sua rápida integração.

Como as comunidades são analfabestas, isto é, com um nível de escolaridade bastante baixo, considerado insuficiente para absorver a nova filosofia de gestão, estas deveriam passar por um processo de preparação para a sua integração eficaz. A capacitação ou a preparação das comunidades para a nova fase de vida foi crucial para que o poder da informação “formatasse” as comunidades sobre o seu papel na ACTF de Chimanimani. A introdução dos objetivos de desenvolvimento, tidos como parte defendida pelas comunidades, é assumida como a base necessária para que as comunidades deslocassem a sua dependência dos recursos naturais para as atividades de rendimento.



Foto 1. Paisagem que dá origem ao nome de Chimanimani.

Fonte: Elmer Matos, 2004

A preocupação do projeto ACTF de Chimanimani assentava na exploração agrícola que era praticamente itinerante e, nas formas de assentamento consideradas um obstáculo à conservação. O tipo de agricultura praticada pelas comunidades era considerada responsável pela degradação do ecossistema porque consistia no abate de árvores, a queima e depois o plantio. Normalmente, depois de 2 anos, o solo perdia a fertilidade obrigando as famílias a mudarem de espaço produtivo. Em relação as formas de assentamento, constatou-se que algumas comunidades ocupavam espaços de grande valor de biodiversidade e outras residiam nos corredores de elefantes, fator que gerava conflito homem-animal.

Para responder aos interesses da conservação, foram introduzidos atores da sociedade civil, que tinham o papel de preparar as comunidades a mudarem alguns dos seus hábitos por forma a se integrarem na nova filosofia de gestão. A estratégia de incorporação das comunidades passou, sucessivamente, pelas primeiras 5 formas de participação definidas por Pimbert e Pretty. As primeiras três foram fundamentais para a definição dos elementos que poderiam ser incorporados ao objetivos de

desenvolvimento, podendo criar condições para que as comunidades se identificassem com o projeto. Numa primeira fase as comunidades foram informadas pelo projeto ACTF sobre as pretensões na área. Nessa fase as comunidades se recusaram a fazer parte do projeto, pois sabiam que a criação de uma área de conservação implicaria a sua expulsão física e política. Face a esse cenário passou-se para a segunda etapa, onde as comunidades responderam a questionários e entrevistas que tinham como objetivo a coleta de informação e de dados necessários para as etapas seguintes. A terceira fase de participação foi caracterizada pela consulta às comunidades. Nesta fase foram criadas as condições necessárias para a obtenção de informação necessária sobre quais as principais necessidades das comunidades.



Pinturas Rupestres de Chikukwa

Ponte de Deus, localizada em Moribane

Foto 2. Alguns dos principais atrativos turísticos da ACTF de Chimanmani
Fonte: Elmer Matos, 2004

Obtidas as informações sobre as necessidades das comunidades estavam criadas as condições para que se “comprasse” a participação das comunidades, ou seja, estavam criadas as condições para a introdução da participação por incentivos materiais. Esta fase foi marcada pela oferta de 10.000,00Mts³ às comunidades para a compra de produtos para a venda em cantinas; foram doadas moagens para as comunidades; e abertos novos postos de trabalho que eram prioridades nas comunidades. Desta forma estavam criadas as condições necessárias para uma maior participação das comunidade.

Concluídas as etapas anteriores estavam preparadas as condições necessárias para a implementação da participação funcional, entendida como a participação em que

as comunidades formam grupos para coincidir objetivos que vão ao encontro dos definidos pelo projeto. Neste contexto, socorrendo-se das observações de Matakala (1999), parece ficar claro que as comunidades tiveram um poder passivo, desempenhando papel de fornecedor de informação necessária ao alcance dos objetivos externos.

Ao longo de todo este processo o papel dos atores ligados a sociedade civil foi fundamental, pois prepararam as comunidades a aceitarem a entrada do projeto e, inculcaram nas comunidades que o ecoturismo seria a atividade que melhoraria as condições de vida das comunidades. A publicitação do ecoturismo como o “salva-vidas” influenciou bastante na incorporação das comunidades ao projeto (fotos 2 e 3).

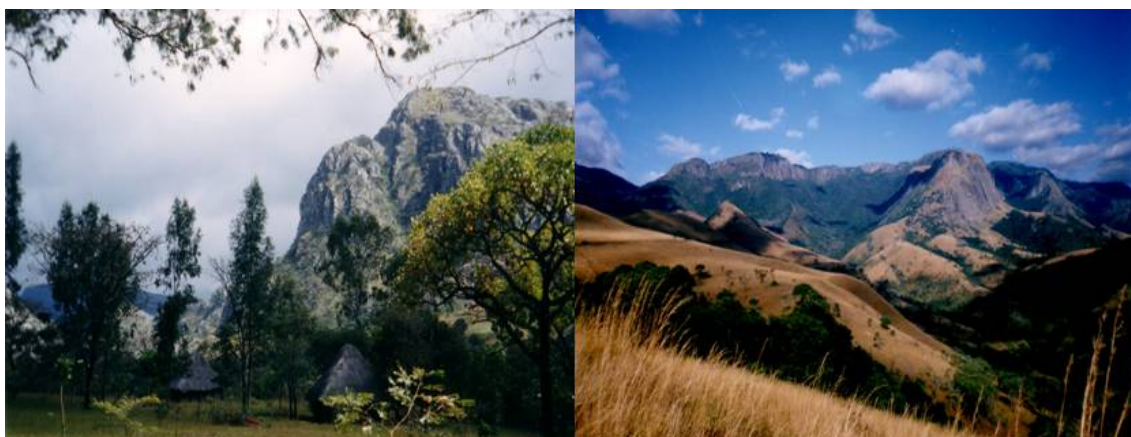


Foto 3. Alguns dos principais atrativos de Chimanimani, localizados na área montanhosa

Fonte: Elmer Matos, 2004.

Para o desenvolvimento do ecoturismo são necessários investimentos em infra-estruturas de apoio, para que possam amparar a atividade. Chimanimani apresentava carências nesse campo, influenciadas, principalmente, pelo longo período de guerra civil que desviou a tenção do governo à áreas de conservação e às áreas rurais. A necessidade de desviar, o mais cedo possível, a dependência das comunidades aos recursos naturais (objeto de conservação para o desenvolvimento do ecoturismo) levou a introdução de novas atividades (que menos recorriam ao uso dos recursos naturais - objeto de conservação). Como solução para a problemática (representada pela falta de infra-estruturas de apoio ao turismo bem como da grande dependência das comunidades aos recursos naturais) foi introduzida a piscicultura, a produção de cogumelos e de mel para a exportação e a comercialização do excedente agrícola. A comercialização do

excedente agrícola apresentava-se como um risco, dado o potencial para a ampliação de áreas de prática da agricultura para responder as necessidades de mercado e de rendimento. Para evitar essa tendência, o projeto fomentou esta atividade em apenas uma comunidade, considerada menos propensa a causar elevados impactos negativos.

Todas as atividades introduzidas não tiveram os resultados esperados. A produção de cogumelos não teve investimento suficiente para a compra de equipamento necessário para a secagem e conservação. Como resultado, a produção não teve qualidade suficiente para venda no mercado internacional. A produção do mel obteve, no início, resultados positivos. Havia um acordo de compra do produto das comunidades. Porém, o comprador oficial deixou de honrar com o seu compromisso deixando a produção sem mercado garantido.

A introdução da piscicultura tinha como principal objetivo diversificar a dieta alimentar das comunidades. A sua implementação estava dependente do apoio financeiro do projeto e o excedente era exposto no mercado local. A dependência financeira também afetava a comercialização do excedente agrícola, visto que para a sua venda era necessário o apoio financeiro para o aluguel de viatura para transportar a mercadoria para os mercados consumidores.



Foto 4. Residência de um do régulo da comunidade de Chikukwa e fiscais da reserva de Chimanimani.

Fonte: Elmer Matos

Todas as atividades apresentavam uma forte dependência aos fundos financeiros do projeto. O tempo de alcance dos resultados definidos pelo projeto eram curtos, não encontrando ajustamento necessário para a sua materialização. Como o projeto apresentava um tempo de vida limitado, de curto prazo, os financiadores do projeto

retiraram o seu apoio, condicionando o funcionamento das agências do governo e as não governamentais, cujas atividades estavam dependentes do apoio financeiro.

O sonho construído pelo projeto entra em decadência e as comunidades começam a perceber que a conservação da biodiversidade era um entrave ao seu desenvolvimento. As normas de funcionamento do território de conservação construído são postas em causa e, lógicas diferentes daquelas que identificavam as comunidades, bem como daquelas que haviam sido implantadas são marginalizadas, culminando com uma forte pressão sobre os recursos naturais existentes.

A área de conservação passa a ser um espaço aberto às mais incontrolláveis formas de delapidação dos recursos naturais, pois os gestores públicos responsáveis pela fiscalização encontram-se amarrados ao fraco orçamento para essa atividade, fator que condiciona o seu abrangente e eficaz funcionamento. A exploração dos recursos existentes não só se limita aos membros das comunidades, como também abrange atores localizados fora de Chimanimani, que olham para a área como um espaço de acesso fácil ao lucro.

O resultado desse abandono na gestão da área de Chimanimani foi a degradação do ecossistema, materializada na abertura de novos campos de cultivo de banana (para a sua venda no mercado regional); a ocupação de áreas com alto valor de biodiversidade (para a fixação de residências definitivas como também para a prática da agricultura itinerante); a entrada de novos atores para a exploração ilegal do ouro (alguns deles eram de origem zimbabueana); e a perda das crenças e hábitos tradicionais que conservavam as regras de uso e ocupação do solo de Chimanimani (foto 4).

Para não concluir

Conservar mas sem fugir da responsabilidade de garantir a melhoria da qualidade de vida das comunidades que vivem dentro das áreas de conservação (AC) é fundamental. Porém, as formas de se alcançar esse desejo parece não encontrar ajustamento às realidades temporais e espaciais, bem como às necessidades dos agentes externos.

As filosofias de conservação introduzidas em África e, em especial em Moçambique, parecem ter sido apenas transplantadas, culminando na sua implementação sem a sua devida adequação à realidade local. Assumir que os objetivos de desenvolvimento definidos pelos proponentes das iniciativas de criação e gestão das AC são os mesmos que os das comunidades pode ser um erro, pelo fato de não serem definidos pelas próprias comunidades.

Como assumir que os objetivos de desenvolvimento definidos dentro das áreas de conservação são os mesmos pretendidos pelas comunidades, quando se sabe que o nível de participação delas é limitado, apresentando um poder passivo de intervenção na definição do projeto? Como se pode garantir que as comunidades estão participando do projeto, quando no fundo se sabe que elas são analfabetas, sem o entendimento coerente das lógicas de funcionamento do projeto a ser implementado? Não será essa participação uma forma de legitimar a credibilidade do modelo de gestão participativo, quando no fundo a participação é comprada por bens materiais ou por sonhos de “futuro melhor” que, em alguns casos, não apresentam sustentabilidade?

De que desenvolvimento se está falando para as áreas de conservação moçambicanas? Ou melhor, de que conceituação se está tratando? Será um desenvolvimento inclusivo, abrangente e participativo?

Notas

¹Frente de Libertação de Moçambique. Partido que liderou a luta de libertação que conduziu à independência nacional de Moçambique.

²Resistência Nacional de Moçambique. Principal partido da oposição e responsável por liderar a guerra civil de 1976 a 1992.

³Equivalente a 350,00 reais.

Referências

BARROW, Edmund. e MURPHREE, Marshall. Community conservation: from concept to practice. In: HULME, David. & MURPHREE, Marshall. (Eds). African

wildlife & livelihoods: the promise and performance of community conservation. Cape Town: David Phillip, 2001. p. 24-37.

BROUWER, Roland. Gestão comunitária de recursos naturais: crise imanente ou beco sem saída? In: UICN, DNFFB e FAO. Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades e manejo dos recursos naturais. Maputo, 1999. p. 214-226.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In DIEGUES, Antônio C.(Org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 225-256.

ADAMS, William e HULME, David. Conservation and community. Changing narratives, policies and practices in Africa conservation. In: HULME, David. & MURPHREE, Marshall. (Eds). African wildlife & livelihoods: the promise and performance of community conservation. Cape Town: David Phillip, 2001. p. 9-23.

DIEGUES, Antônio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In DIEGUES, Antônio C.(Org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, Antônio. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: UCITEC, 1996.

MATAKALA, Patrick. Participação pública, análise de gênero e resolução de conflitos na gestão dos recursos naturais. In: UICN, DNFFB e FAO. Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades e manejo dos recursos naturais. Maputo, 1999. p. 171-188..

MOÇAMBIQUE. Ministério do Turismo. Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (2004-2013). Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 2004. Maputo, 2004.

MULLER, Thomas, SITO, Almeida e MABUNDA, Rito. Assessment of the forest reserve network in Mozambique. Maputo, WWF Mozambique coordination office. 2005.

NEGRÃO, José. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. In: PROJECTO COMRES GTA/MICOA. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. Relatório final. Maputo, 1996. p. 5-21.

_____. Bichos a desenvolverem gente: que modelo adoptar? In: UICN, DNFFB e FAO. Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades e maneio dos recursos naturais. Maputo, 1999. p. 211-213.

PIMBERT, Michel P. e PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no maneio de áreas protegidas. In DIEGUES, Antônio C.(Org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 183-223.

UICN, DNFFB e FAO. Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades e maneio dos recursos naturais. Maputo, 1999.

Enviado para publicação em junho de 2011.

Aceito para publicação em julho de 2011.